

Dauster nega a possibilidade de fazer pagamentos simbólicos

24 JUL 1990

GAZETA MERCANTIL

por Maria Clara R.M. do Prado de Brasília

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, deve definir nesta semana a tática que o Brasil usará no processo de negociação externa com os bancos credores privados. O embaixador Jório Dauster, negociador oficial do governo brasileiro para questões de acordo externo, deixou claro ontem a este jornal que o Brasil quer resolver a situação com os bancos credores mas que pagamentos simbólicos de juros "não servem a ninguém".

"Qualquer retomada de pagamentos será feita só dentro do contexto da negociação com os bancos", frisou ele, lembrando o caso recente da Argentina, que concordou em realizar pagamento simbólico de juros aos credores privados e nem por isto ficou livre do rebaixamento de sua dívida determinado pela Interagency Country Exposure Review Committee (ICERC).

Dauster aproveitou para fazer alguns esclarecimentos em torno do que se pretende em termos de negociação externa. Ele explicou que o Brasil nunca pensou em desenvolver um processo de negociação individual com os bancos credores. Isto não seria prático e nem viável, em função das próprias cláusulas contratuais que de certo modo amarram as bases das negociações entre os bancos, prevendo até mesmo igualdade de tratamento entre os credores.

O Brasil quer, conforme colocou Dauster, readotar o comitê assessor da dívida externa brasileira à realidade atual, não só levando em conta os avanços conseguidos em relação ao endividamento dos países latino-americanos, mas também fazendo uma melhor distribuição dos membros no comitê em função do peso que os créditos junto ao Brasil têm hoje em seus ativos.

O comitê assessor da dívida externa foi criado em 1983 e tem hoje 16 membros, contando com o Citibank, que funciona como coordenador. Os demais bancos credores membros do comitê da dívida do Brasil são os seguintes: Arab Banking Corporation; Bank of America; Bank of Japan; Bank of Montreal; Bank of Tokyo; Bankers Trust; Banque de France; Chase Manhattan Bank; Chemical Bank; Credit Lyonnais; Deustsche Bank; Lloyds Bank International; Manufacturers Hanover Trust; Morgan Guaranty e Union Bank of Switzerland.

"Não está descartado que em determinado estágio das negociações o comitê assessor funcione como interlocutor, mas o que queremos é rever este instrumento, inclusive discutindo a sua composição não só em termos de número de membros mas também dos próprios membros", explicou o embaixador, sem descartar, no entanto, a perspectiva da criação de subcomitês à semelhança do que foi feito no caso da Venezuela. Neste país, quatro subcomitês foram criados para as negociações das várias alternativas colocadas para escolha dos credores.

O que a ministra da Economia vai decidir talvez ainda nesta semana é como encaminhar o processo de negociação com os bancos credores, embora Dauster mantenha que o cronograma não foi alterado. Primeiro, o Brasil acerta um acordo "stand-by" com o Fundo Monetário Internacional (FMI), depois conversa com os credores oficiais do Clube de Paris e, por fim, acerta o entendimento com os credores privados. Sabe-se que o FMI sugeriu à equipe econômica, que esteve recentemente em Washington, que o Brasil desse início ao entendimento com os bancos em paralelo às negociações

em torno do programa de ajuste econômico, já que isso facilitaria o processo de aprovação do acordo por parte do "board" de diretores do organismo internacional.

O ponto central das discussões com os bancos credores será, sem dúvida, a questão do abatimento da dívida externa. A área econômica ligada ao processo de renegociação da dívida externa vem fazendo uma série de simulações sobre as várias hipóteses de acordos, em nível das diferentes esferas de credores. O assessor especial da ministra da Economia, Antônio Kandir, levou para Washington um trabalho com diferentes hipóteses de redução da dívida contraída junto aos credores internacionais e os efeitos que teria sobre o desempenho da economia brasileira. A hipótese mais otimista supõe uma redução de 40% do estoque da dívida com os ban-

cos, avaliada em torno de US\$ 60 bilhões. São cenários que traçam um horizonte de médio e longo prazos para o País e com os quais o governo quer trabalhar, em processo de solução definitiva para a dívida externa.

Há uma expectativa não só dentro do governo, mas também junto a representantes do meio financeiro internacional, que o processo de negociação do Brasil com os bancos credores será muito demorado. Alguns imaginam que não estará concluído antes de um ano de conversações. O negociador da dívida externa faz questão de notar que o acúmulo de atrasados é nocivo ao País porque representa a pior espécie de "financiamento" dos juros da dívida externa. Mesmo assim, o Brasil não admite efetuar qualquer pagamento, mesmo que simbólico, dos ju-